

(De)Colonialidade da linguagem, lócus enunciativo e constituição identitária em Gloria Anzaldúa: uma “new mestiza”¹

(De)Coloniality of language, locus of enunciation and identity construction in the works of Gloria Anzaldúa: reflections by a “new mestiza”

(De)Colonialidad del lenguaje, locus enunciativo y constitución identitaria en Gloria Anzaldúa: una “new mestiza”

Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista
Universidade Federal da Bahia

Resumo

A colonialidade do poder afeta as práticas de linguagem, as identidades e os sujeitos, e, por isso, torna-se necessário aprofundar o exame dos efeitos dessa nas práticas sociais, pois por meio da linguagem são tanto (re)afirmadas como negociadas as múltiplas identidades. Desse modo, a colonialidade da linguagem constitui-se uma das caras da colonialidade do poder-saber e essa dimensão traz em si ricas questões epistemológicas e metodológicas por incitar uma reavaliação da forma como o conhecimento sobre as línguas e práticas de linguagem tem se erigido e estabelecido na contemporaneidade, além de como essa epistemologia tem contribuído para a invisibilização e/ou apagamento do outro ao servir para manter relações de subalternidade entre sujeitos, línguas e culturas. Neste sentido, no âmbito do pensamento político latino-americano, tem se levantado uma crítica contundente à lógica epistemológica que sustenta a colonialidade, particularmente, quanto aos padrões de saber e poder impostos pela racionalidade moderna. Neste cenário, localizamos a produção da escritora chicana Gloria Anzaldúa. Assim, neste texto elucidamos nosso entendimento acerca da dimensão da colonialidade da linguagem como interface da colonialidade do poder, situamos o lócus enunciativo instaurado por Gloria Anzaldúa e, em seguida, abordamos a inter-relação entre língua e identidade, destacando a dimensão da colonialidade da linguagem e seus efeitos para pensarmos a educação linguística em nosso contexto, considerando as relações de poder entre as línguas e os sujeitos subalternizados, o papel das instituições, sobretudo a escolar, na manutenção dessas assimetrias e as relações de poder e seus impactos nos processos identitários.

Palavras-chave: decolonialidade, linguística aplicada, identidades.

Abstract

Given that the coloniality of power affects language practices, identities and subjects, an in-depth examination of its effects on social practices is needed, as multiple identities are both re(affirmed) and negotiated through language. Thus, the coloniality of language constitutes one of the facets of the coloniality of power-knowledge, which brings rich epistemological and methodological questions as it encourages a reassessment of how knowledge of languages and language practices has been built and

¹ Este trabalho resulta da estadia em Tijuana, na fronteira norte do México, como parte de estudos desenvolvidos na condição de professora visitante na Universidade Autónoma da Baja Califórnia (UABC/Tijuana) e na Universidade Autónoma Benito Juárez de Oaxaca (UABJO) durante o ano de 2019.



established in contemporary times. In addition, how such epistemology has contributed to the invisibility and/or erasure of the other by serving to maintain relations of subalternity among subjects, languages and cultures. In this sense, in the context of Latin American political thought, there has been a sharp criticism of the epistemological logic that underpins coloniality, particularly regarding the standards of knowledge and power imposed by modern rationality. Within this scenario, we examine the works of the Chicana writer Gloria Anzaldúa. Thus, in this text we elucidate our understanding of (the) coloniality of language as an interface of (the) coloniality of power, and then we situate the locus of enunciation established by Gloria Anzaldúa. Subsequently, we deal with the interrelation between language and identity, highlighting the coloniality of language and its effects in order to reflect upon language education in our context. We further consider the power relations between languages and the undervalued subjects, the role of institutions - especially the school - in sustaining these asymmetries, as well as the power relations and their impact on the identity processes.

Keywords: decoloniality, applied linguistics, identities.

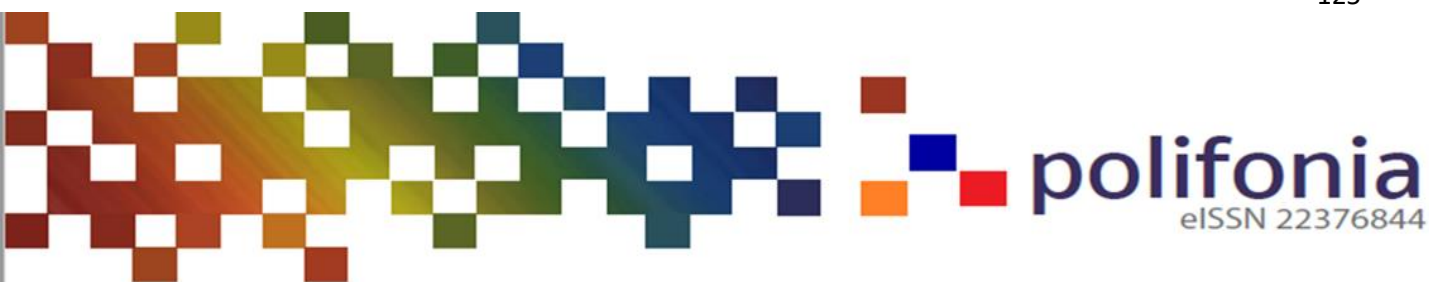
Resumen

La colonialidad del poder afecta a las prácticas lingüísticas y, por ello, es necesario profundizar el examen de sus efectos en las prácticas sociales, porque a través del lenguaje se (re)afirman y se (re)negocian las múltiples identidades. Por lo tanto, la colonialidad del lenguaje se constituye una de las caras del poder-saber y tal dimensión aporta ricos interrogantes epistemológicos y metodológicos, pues incita reevaluar la forma en la que se ha erigido y establecido el conocimiento sobre lenguas y prácticas lingüísticas en la contemporaneidad y cómo dicha epistemología viene contribuyendo a la invisibilidad y/o al apagamiento del otro, al apoyar relaciones de subalternidad entre sujetos, lenguas y culturas. Se sabe que, en el ámbito del pensamiento político latinoamericano, se produce una fuerte crítica a la lógica epistemológica de la colonialidad, particularmente, volcada hacia los estándares de conocimiento y poder impuestos por la racionalidad moderna y en esta ubicamos la producción de la escritora chicana Gloria Anzaldúa. Así, en este trabajo aclaramos nuestra comprensión de la dimensión de la colonialidad del lenguaje como una interfaz de la colonialidad del poder, situando el locus enunciativo de Gloria Anzaldúa y abordamos la interrelación entre lengua e identidad, destacando la dimensión de la colonialidad del lenguaje y sus efectos al pensar la educación lingüística en nuestro contexto, considerando las relaciones de poder entre lenguas y sujetos subalternizados, el rol de las instituciones, principalmente, la escolar en la preservación de estas asimetrías y las relaciones de poder y sus impactos en los procesos identitarios.

Palabras claves: decolonialidad, lingüística aplicada, identidades.

1. Introdução: lócus enunciativo e colonialidade/modernidade

Reconhecer e reconhecer-se no espaço de enunciação não é uma questão menor, considerando-se que, de forma implícita ou explícita, enquanto sujeitos nos inscrevemos ou somos inscritos na dinâmica das práticas de linguagem materializadas através de incessantes jogos enunciativos. Neste sentido, entendemos que o lócus enunciativo (ARGÜELLO PARRA, 2016) se conforma como um espaço de tensões que abarca diferentes identidades do sujeito, sendo atravessado por diversos movimentos constitutivos das dinâmicas das interações sociais; como tal, demarca fronteiras, rupturas e deslocamentos relevantes que nos permitem entrever a porosidade de construtos como sujeito, cultura, identidade e línguas que, no arcabouço epistemológico

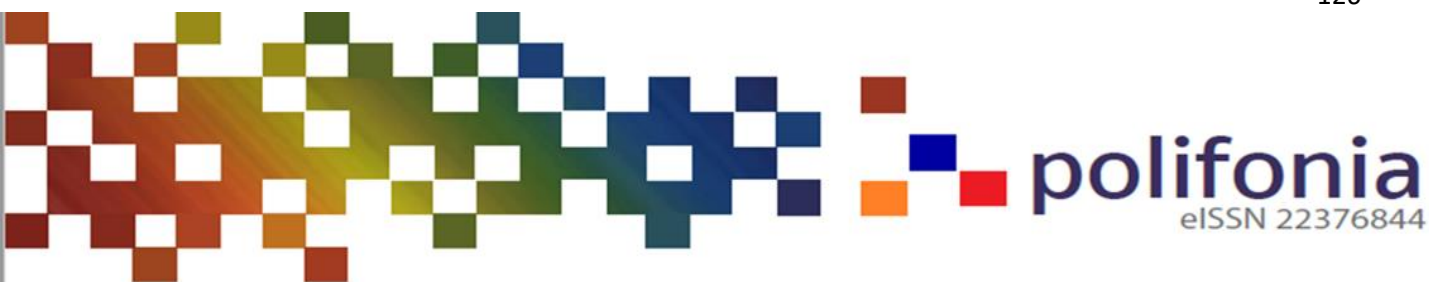


da colonialidade/modernidade, foram fixados e determinados como absolutos sob os olhares epistemológicos da racionalidade ocidental (GROSFOGUEL, 2006; MIGNOLO, 2003).

Contemporaneamente, a perspectiva colonial de conhecimento, caracterizada por uma relação hierarquizada de saberes e de produção de conhecimento, que passou a assinalar, de forma binária, saberes de ordem superior e inferior, respectivamente, dominantes e subordinados ou subalternizados, se vê confrontada como perspectiva única e legítima de conhecimento, sobretudo por meio de uma crítica do processo histórico de silenciamento e de violência epistêmica erigido na modernidade/colonialidade e consolidado a partir do colonialismo². Tal enfrentamento tem se concretizado de distintas maneiras, como se nota, nos distintos lócus de enunciação e em seus enunciadores, seguindo o postulado pelas tendências pós-moderna, pós-colonialista ou des-ocidentalizadora. No viés decolonial, ora particularizado, a crítica da modernidade se empreende de maneira antípoda, o que significa dizer que se dá de forma diametralmente oposta a si mesma e não como ruptura ou como descontinuidade da modernidade/colonialidade.

Sendo assim, já é sabido que o conhecimento se produz desde um determinado lócus enunciativo, e, no caso que nos interessa, como educadores e linguistas aplicados, esse espaço, contemporaneamente, tem gerado possibilidades outras para problematizarmos as práticas de linguagem, as identidades e as interrelações entre ambas. Portanto, se as epistemes não estão desvinculadas de uma geopolítica do conhecimento (MIGNOLO 2003; SOUSA SANTOS, 2011; GROSFOGUEL, 2006), e, dessa forma, estão situadas e são materializadas a partir de determinado lócus, não existe produção de saber desvinculada desse lócus, ou ainda, de um lugar ou território. Esse posicionamento nos tem levado a ampliar a discussão, sintonizados com uma perspectiva crítica e decolonial, a respeito de aspectos relacionados às práticas de linguagem, sobretudo no que se refere ao ensino de línguas, com ênfase para o espanhol

² Para aprofundar a diferença entre colonialidade e colonialismo, sugerimos a leitura de Grosfoguel (2006) e Quintero (2010), cujas referências completas constam no final deste trabalho.



no contexto brasileiro. Desse modo, tem nos servido para desalojar certos lugares teóricos, em busca de uma compreensão outra das diversas realidades educacionais em que nos movemos e com a quais nos deparamos cotidianamente e que nos desafiam a considerar a colonialidade da linguagem como uma dimensão da colonialidade do poder, ou ainda, como fundamental na e para a manutenção da diferença colonial. Essa opção teórica e metodológica tem se tornado uma via para problematizarmos o campo das práticas de linguagem no cenário educativo contemporâneo e, particularmente, desenvolvermos a pesquisa em torno da formação de professores e ensino de línguas.

Consoante Argüello Parra (2016), no enfoque decolonial os lugares de enunciação (*locus enuntiationis*) permitem desvelar as epistemologias do poder; por isso nosso interesse e aderência a esse espaço, dada sua centralidade para discutirmos e revisitarmos teoricamente construtos tais como os de sujeito, língua, cultura e identidade. Conforme observa o autor, o *locus enuntiationis* não diz respeito simplesmente ao nível descritivo em torno de quem diz, mas sim alude ao plano hermenêutico-crítico do por quê (causas), para que (finalidades) e desde onde (posicionamento) se diz, ou seja, desde de uma estrutura de significação se desenvolve a existência, se organizam categorias, se enunciam juízos e se legitimam narrativas para entendimento dos mundos, sujeitos e suas relações. Recordamos, outrossim, que há pouco mais de uma década atrás, Grosfoguel (2006) apontava para a diferença entre *ubicación epistémica* (lugar epistêmico) e *ubicación social* (lugar social). Para esse autor, o fato de estar socialmente situado ao lado dos oprimidos nas relações de poder (lugar social) não significa pensar-se automaticamente de uma posição epistêmica subalterna (lugar epistêmico). Em outras palavras, o êxito do sistema mundo moderno/colonial consiste em fazer que os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial pensem, de maneira sistemática, como os que situados nas posições dominantes.

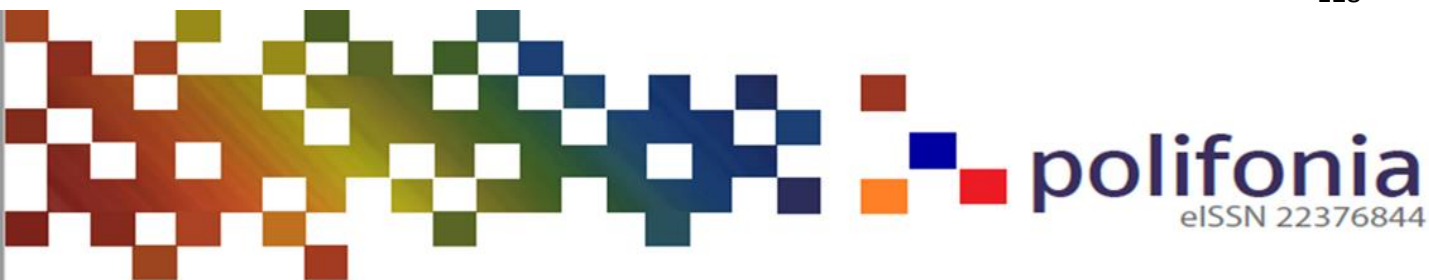
Ademais do exposto, convém observar que neste texto diferenciamos espaço de enunciação de espaço enunciativo. Essa distinção é de natureza teórica e têm implicações metodológicas relevantes. Em primeiro lugar, mantemos a forma empregada nos trabalhos críticos latino-americanos utilizados neste trabalho, a saber, a



de lócus enunciativo e, em segundo lugar, propomos, a partir dessa tradição, o lócus enunciativo como um espaço ocupado pelo sujeito subalternizado, invisibilizado ou historicamente apagado em um determinado lócus de enunciação. O lócus de enunciação remete a um espaço sócio histórico de enunciação, a partir do qual os sujeitos subalternizados, no âmbito da colonialidade/modernidade, podem alcançar representatividade e, conseqüentemente, instaurar uma perspectiva outra de conhecimento como enunciadores. Essa prática remete, portanto, a instauração de um lócus enunciativo, objeto de reflexão neste trabalho.

Assim, considerando o lugar de enunciação (lócus enunciativo), tratamos como a colonialidade do poder afeta as práticas de linguagem, as identidades, as línguas e os sujeitos. Para tal, baseamo-nos, em parte, nas ideias de Veronelli (2015) e Mignolo (2003) sobre a relação entre a colonialidade da linguagem e a colonialidade do poder. Neste sentido, Veronelli (2015) problematiza o silenciamento dos sujeitos interditados comunicativamente, voltando-se para o exame de como a colonialidade do poder atinge a linguagem, referindo-se à racialização das populações colonizadas enquanto agentes comunicativos, articulando colonialismo, raça, etnicidade e linguagem na América. Já Mignolo (2003, p. 298) propõe a “diferença colonial em ação na língua” como uma forma de colonialidade do poder e problematiza o status das línguas nacionais no cerne da modernidade. Conforme Mignolo (2003, p. 300), os modelos teóricos para o estudo das línguas foram construídos “em cumplicidade” com a expansão colonial; e, sendo assim, foram amparados pela visão e cosmovisão da modernidade/colonialidade³. Em direção complementar, embora guardadas as diferenças teóricas, Rampton e Blommaert (2011, p. 4) ressaltam que línguas, designadas como inglês, alemão, bengalês, são construções ideológicas historicamente associadas com a emergência dos Estados nacionais no século XIX. Desse modo, a ideia tradicional de “uma língua” constitui “um artefato ideológico com poder muito considerável” que serviu para sustentar o modelo de estado emergente.

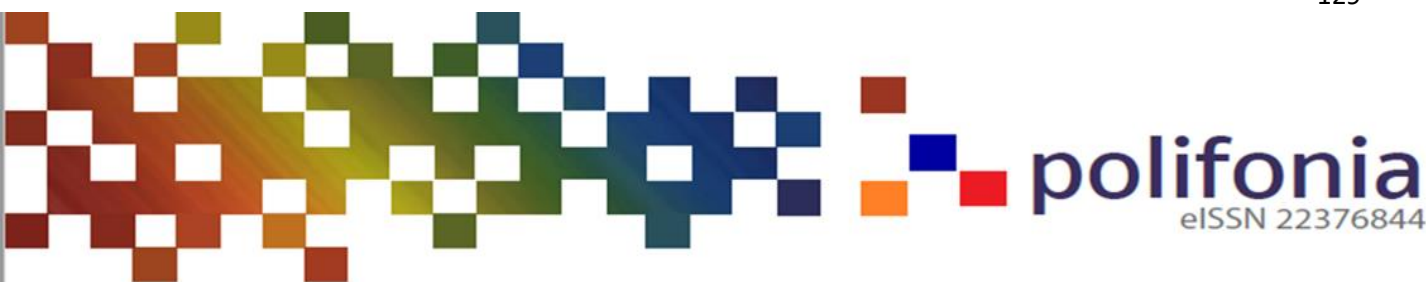
³ Empregamos colonialidade/modernidade considerando que não se aplica aos países colonizados a trajetória modernidade/pós-modernidade, concebida desde do ponto de vista da tradição histórica europeia.



Assim, acreditamos que a dimensão da língua/linguagem traz em si relevantes questões epistemológicas e metodológicas para a pesquisa no campo aplicado, sobretudo no que tange à uma reavaliação na forma como o conhecimento sobre as línguas e práticas de linguagem tem se constituído e tem se legitimado, a partir do viés da racionalidade ocidental ou moderna. Por isso, é preciso aprofundar a compreensão em torno da colonialidade da linguagem e de seus efeitos nas práticas sociais, focando o modo por meio do qual são validadas as experiências com a linguagem e as dinâmicas interacionais, bem como são preservados os fundamentos binários de mundo para problematizar língua, identidade e cultura. Com tal propósito, se torna fundamental a premissa de que a colonialidade da linguagem é uma das caras da colonialidade do poder-saber, no caso, de um saber sobre a língua/linguagem, cujos efeitos perduram e atravessam as práticas docentes.

Diante do exposto, propomos explorar e explicitar como se fragmentam categorias tidas como coesas, tal é o caso das línguas, sujeitos e identidades, tendo em vista neste trabalho o lócus do e no qual Gloria Anzaldúa enuncia, dada a relevância de tal lugar e tal enunciativa para o pensamento político latino-americano, como referência para a academia e movimentos sociais, por sua ativa participação no pensamento, militância e movimento feminista latino-americano e do sul, especialmente, no que concerne aos estudos pós-coloniais e à teoria *queer*.

Devido a potência desse lócus enunciativo, esse não pode ser reduzido a mera fonte de reflexões e teorizações para um campo de estudo determinado, uma vez, que como assevera Mignolo (2003, p. 26), é “condição para a possibilidade de se construírem novos loci de enunciação”. Ainda conforme esse autor, esse lócus realça o fato de que “conhecimento e compreensão acadêmicos” devem ser complementados pelo “aprender com os sujeitos” que refletem a partir dos legados coloniais e pós-coloniais. Consoante essa perspectiva, as questões emergentes desse lócus enunciativo sinalizam como se fraturam ou se fragilizam sistemas de mundo gerados pela e na racionalidade ocidental. Dizendo de outro modo, colocam-nos diante do esfacelamento da lógica binária de mundo e das amarras de uma visão essencialista para a



compreensão desse mundo, radicalizando a crítica sobre os processos de subjetivação e constituição identitária, os quais nos interessa de modo particular.

Por fim, salientamos que a problemática da subjetivação e dos processos identitários, de forma mais ampla das políticas identitárias, é central na contemporaneidade, sobretudo quando pensamos o papel das práticas de linguagem e sua relação com os sujeitos, inserindo-os no contexto da colonialidade do poder. Dessa forma, a colonialidade da linguagem, situada a partir desse lócus, é uma dimensão relevante da colonialidade do saber e do poder, ou seja, o conhecimento e a forma como esse conhecimento sobre a língua/linguagem se produz podem ser mais bem problematizados e compreendidos considerando-se a lógica da modernidade/colonialidade e, igualmente, os desdobramentos dessa para a inteligibilidade da historicidade das práticas de linguagem.

2. Gloria Andalzúa, a “new mestiza”, entre fronteira e identidades

Neste tópico, situamos algumas referências sobre Gloria Anzaldúa com a finalidade de tornar mais explícita sua original e singular inserção no pensamento latino-americano, dada sua relevância para o universo acadêmico e para os movimentos sociais. Assim, nos interessa situar o lugar epistêmico da produção de Anzaldúa e reforçar como esse está marcado por fortes contradições que podem ser mais bem pensadas a partir da compreensão da dinâmica dos conflitos identitários vividos bem como a dos processos de subjetivação predominantes. Neste sentido, alguns aspectos são fundamentais e precisam ser trazidos à tona: a constituição de uma identidade múltipla, não essencialista, decolonial; a perspectiva da fronteira (*border*), considerando como língua/linguagem se hibridizam em espaços fronteiriços, de trânsito e de superdiversidade (RAMPTON; BLOMMAERT, 2011); a experiência da alteridade/*otredade* como resistência e como desconstrução de matrizes coloniais, sustentáculos do sistema-mundo da racionalidade ocidental; a mestiçagem como possibilidade e redefinição ou tradução dos processos de hibridismo como fonte de



invisibilidade e apagamento dos sujeitos e de suas práticas; e, ainda, a problematização na contemporaneidade de construtos rigidamente erigidos como os de classe, gênero, etnia e nacionalidade que perdem densidade e fixidez conceitual.

Acreditamos, assim, que os aspectos supracitados ganham vitalidade e força a partir do lócus enunciativo ocupado por Anzaldúa e acabam por dar visibilidade e existência a uma narrativa-outra, que desafia, de forma contundente, a lógica da racionalidade ocidental enquanto episteme única e como crítica à colonialidade/modernidade e a seus efeitos na vida e nas práticas dos sujeitos subalternizados. Neste viés, Mignolo (2003, p. 25), ao tratar do pensamento limiar, reafirma o lócus enunciativo criado por Anzaldúa, escritora *chicana*, que “articulou uma poderosa estética e hermenêutica política alternativa ao colocar-se na encruzilhada de três tradições (hispano-americana, nahuatl e anglo-americana) e ao criar um lócus de enunciação onde se misturam diferentes tipos de conhecimento e expressões individuais e coletivas”.

Com respeito à obra *Borderlands/ La frontera - the new mestiza*, desde sua publicação há mais de três décadas até o momento presente, têm se ampliado o debate em torno de sua categorização: autobiografia, ensaio histórico, memória, testemunho, poesia ou narrativa. Na obra supracitada, Anzaldúa problematiza a fronteira como um tenso espaço de poder exercido pelos Estados Unidos sobre o território mexicano, aprofundando reflexões sobre a identidade *chicana* e mestiça. Desse modo, a partir desse lócus enunciativo, emerge a narrativa da experiência de um sujeito transformado no e pelo espaço que é a fronteira e pelo que essa significa e, assim, por meio de um discurso transgressor esse sujeito confronta criticamente a colonialidade, o racismo e as formas através das quais se sustenta a episteme moderna da heteronormatividade e do patriarcalismo. De igual maneira, coloca-nos frente à colonialidade da linguagem, ou mais concretamente, ao exercício dessa colonialidade na linguagem como uma dimensão da colonialidade do poder. Nesse sentido, a normatividade e a regulação impostas por um sistema de colonialidade de poder afetam e se desdobram na forma como devem ser materializadas a linguagem e a língua e, igualmente, assinalam como essa lógica orienta os espaços de fala dos sujeitos e suas práticas de linguagem.



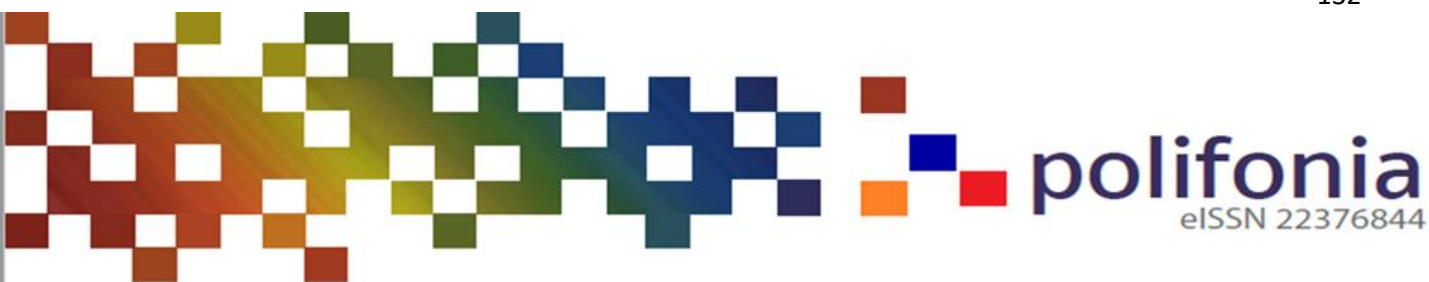
Sendo assim, o espaço fronteiriço é entendido para além das fronteiras geopolíticas, ou seja, é visto e vivido como um espaço político e vital. Contudo, que significa a fronteira Norte⁴, ou seja, esse estar entre territórios separados por muros como os existentes e os muros invisíveis levantados nesse espaço? Como se produzem as tensões entre esses amplos territórios, como se materializam na vida dos sujeitos e como afetam as dinâmicas inter/transculturais? Neste sentido, segundo Belausteguigoitia Rius (2009, p. 755), se trata de uma zona altamente conflitiva, marcada pela violência, quer seja devido aos casos de feminicídios, quer seja nos de assassinatos de jornalistas; é o lugar para “cruzar”, lugar de aglomerações urbanas, de comunidades indígenas que se deslocam, de tensões devido às políticas antimigratórias, de construção de “novos muros”, de mortes no deserto. Contudo,

a par desses cenários presenciamos também o nascimento de uma intensa, viva, nova cultura que surge na fronteira: música, narrativa literária, cinema, os jovens da internet e dos blogs, performance e todo tipo de manifestação cultural é transgredida, transformada, “centripetada” e escalada na fronteira. Parece que entramos em outra dimensão regida por outro tempo e outras coordenadas espaciais e críticas. (BELAUSTEGUIGOITIA RIUS, 2009, p.755, tradução nossa⁵)

Já Garduño (2016, p. 132), ao abordar a fronteira Norte, se fixa na realidade da Baixa Califórnia refletindo sobre o preconceito e a discriminação e associa ambos à emergência dos Estados-nação bem como aos processos de globalização. Segundo o autor, o racismo e a xenofobia, expressados – quer seja na forma de piadas ou sarcasmos, quer seja na de decretos excludentes –, são ações mediadas pela construção do outro como alteridade, mecanismo por meio do qual se desenha a ideologia do *melting pot* (caldeirão/caldo cultural), a base do projeto de Estado-nação. Segundo Garduño (2016), são lugares preferidos para a realização dos piores atos xenófobos,

⁴ Segundo García Amaral (2007, p.42), o México possui duas fronteiras: a do Norte, limitada com o “país mais poderoso do planeta” e que mede 3.152 km, e a do Sul, com Guatemala e Belize, cuja dimensão é de 1.149 km. A fronteira Norte, ainda segundo a autora, compreende seis dos trinta e um estados do país, de oeste a leste: Baixa Califórnia, Sonora, Chihuahua, Coahuila, Novo León e Tamaulipas. Já no lado estadunidense se localizam quatro estados: Califórnia, Arizona, Novo México e Texas.

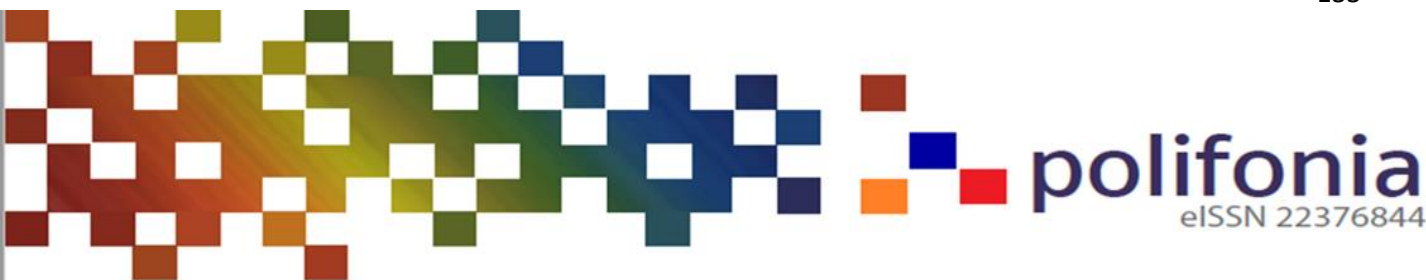
⁵ Cf. o trecho original: “A la par de estos escenarios presenciamos también el nacimiento de una intensa, viva, nueva cultura que surge en la frontera: música, narrativa literaria, cine, las juventudes del Internet y los blogs, performance y todo tipo de manifestación cultural es transgredida, transformada, “centripetada” y escalada en la frontera. Pareciera que entramos a otra dimensión regida por otro tiempo y otras coordenadas espaciales y críticas”.



racistas e discriminatórios, em geral, como campos de autoafirmação identitária, nos quais as historicidades construídas e disputadas são resultado de processos como os de deslocamento, interferência e interação. Esses campos podem ser tanto as cidades globais ou as cidades sem mapa, como as fronteiras, tal o caso da Baixa Califórnia (e outras), cujo desenvolvimento econômico e social está vinculado historicamente às noções de fronteira, diversidade e deslocamento. Vizcarra (2012), por sua vez, menciona que as cidades fronteiriças são jovens; embora as datas de fundação se remetam aos séculos XIX, XVIII e até XVII, seus perfis metropolitanos datam de cerca de cem anos. Tais características urbanas se aprofundaram desde fins dos anos quarenta, após a Segunda Guerra Mundial, com o fim do programa de trabalhadores braçais que marcou o regresso ao México de milhares de trabalhadores temporários e com o início da etapa de industrialização mexicana. Para esse autor, são “cenários em construção”, cidades que compreendem a franja norte do México, dando a impressão de “universos inconclusos e desordenados”, e, de tal modo, essas cidades são “cenários de hibridização e desterritorialização”, lugar preferido da indústria cultural, caso do cinema, da música nortenha, da imprensa e dos noticiários sensacionalistas, dos enredos passionais, da moda, da literatura.

Pelo visto, amplia-se ou desloca-se o entendimento acerca da fronteira associado e restrito à dimensão geopolítica, pois essa não se trata de um todo homogêneo, mas, ao contrário, de um universo múltiplo e complexo histórica, política, social, linguisticamente. Nesta direção, García Amaral (2007, p. 42) menciona o comentário difundido no México de que “todo o México é uma fronteira”, salientando que a fronteira Norte separa mundos e que a fronteira é um assunto relevante no debate intelectual e teórico em torno da identidade da atual sociedade mexicana vista por ela mesma. Daí, portanto, a alusão da fronteira como um campo de problematizações em torno das diversas práticas sociais e identitárias.

Convém assinalar que nossa alusão à fronteira e, particularmente, à fronteira Norte se deve a sua relevância para compreender a potência do lócus enunciativo de Anzaldúa e, ademais, para territorializar a dinâmica identitária aludida ao longo deste texto. Portanto, destacamos que esse espaço fronteiro é fundamental para a



materialização do lócus enunciativo sobre o qual nos voltamos e, como tal, no dizer de Anzaldúa,

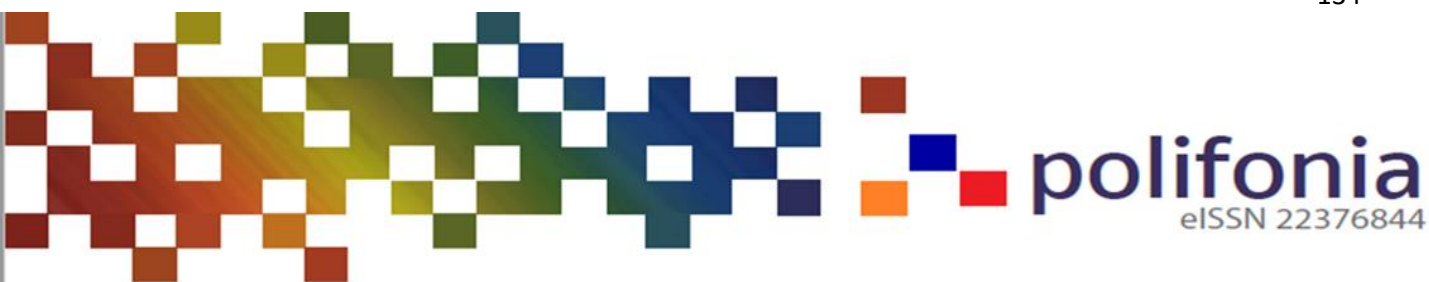
a verdadeira fronteira física a qual me refiro neste livro é a que está situada entre Texas, no sudoeste dos Estados Unidos e México. Os territórios fronteiriços psicológicos, sexuais e espirituais não são específicos do Sudoeste. De fato, as terras fronteiriças estão presentes de forma física sempre que duas ou mais culturas se roçam, quando pessoas de distintas raças ocupam o mesmo território, quando a classe baixa, média, alta e infra se tocam, quando o espaço entre duas pessoas se encolhe com a intimidade compartilhada. (ANZALDÚA, 2016, p.39, tradução nossa⁶)

Em virtude do exposto, neste texto pretendemos responder às indagações concernentes à relação entre colonialidade do poder e construção identitária, com ênfase, nas identidades linguísticas e, especialmente, na colonialidade da linguagem, como uma dimensão da colonialidade do poder em um espaço fronteiriço. Para tanto, aprofundamos a seguir nossas considerações acerca do que entendemos por colonialidade linguística e lócus enunciativo, ponto central para esta reflexão.

3. Colonialidade linguística e lócus enunciativo: algumas considerações

Nosso objetivo aqui é discutir a problemática da colonialidade da linguagem, como uma importante dimensão da colonialidade do poder/saber; no caso, um saber que atravessa as epistemes e que nos permite tratar ou confrontar visões binárias em torno da língua, sujeitos e identidades. Com essa finalidade, a seguir tratamos como, no cenário do pensamento latino-americano, Gloria Anzaldúa problematiza a visão moderna de língua e seus efeitos na vida dos sujeitos, demarcando como esse gesto produz/gera deslocamentos relevantes que desestabilizam a visão binária e ocidental de mundo. Para tanto, levantamos aqui algumas das questões a partir da obra *Borderlands/*

⁶ Cf. o trecho original: “La verdadera frontera física a la que hago referencia en este libro es la situada entre Texas, en el suroeste de Estados Unidos, y México. Los territorios fronterizos psicológicos, sexuales y espirituales no son específicos del suroeste. De hecho, las tierras fronterizas están presentes de forma física siempre que dos o más culturas se rozan, cuando gentes de distintas razas ocupan el mismo territorio, cuando la clase baja, media, alta e infra se tocan, cuando el espacio entre dos personas se encoge con la intimidad compartida”.



*La frontera - the new mestiza*⁷ (2016⁸), sobretudo as do capítulo *Cómo domar una lengua salvaje*. Priorizamos esse recorte dado o objetivo deste trabalho, reconhecendo, contudo, que são possíveis outras ilações com os demais capítulos.

Em *Cómo domar una lengua salvaje*, se evidencia a relação assimétrica de poder que envolve as práticas de linguagem, já explícita na própria ideia de “domar” e “domesticar” a língua, nominada como “selvagem”. Essa relação de poder se nota na forma como a professora “angla” corrige a menina que insiste em defender seu “sotaque” como parte de sua identidade, e, em consequência, ao transgredir a ordem escolar estabelecida e ensinar a professora a pronunciar “corretamente” seu nome (ANZALDÚA, 2016, p. 103). Neste sentido, são duas as subversões: a do direito de ser nomeada em espanhol constitui um ato de rebeldia, que precisa ser contido, e a de questionar a autoridade da professora angla. A fala da professora, que associa “ser americana” à língua, no caso o inglês, reforça a concepção de língua-nação; explicita-se, por sua vez, uma concepção moderna de língua, como uma construção ideológica que contribui para manter a coesão do Estado-nação (RAMPTON; BLOMMAERT, 2011). Desse modo, a interdição do outro é uma forma de violência, que aciona mecanismos de invisibilização e de diferenciação, contra a qual insurge a menina ao reivindicar sua identidade linguística, opondo-se ao processo de apagamento e invisibilidade e aos seus efeitos, como o da assimilação linguística.

Acreditamos que as práticas de linguagem enfatizam as relações assimétricas de poder estabelecidas na vida social; a disputa pela língua, por sua vez, é uma disputa pelo direito de uma identidade social, a de chicana, e o sotaque é a diferença que sobressai e, por isso, deve ser anulado, pois como recorda Anzaldúa (2016, p. 104), na Universidade Pan American exigiam dela e dos demais estudantes chicanos que tivessem aula de conversação em inglês, o que, segundo a autora, tinha a finalidade de acabar com o sotaque deles. Ademais, se entende que assimilar a língua do outro é tornar-se esse outro, e, segundo essa lógica, reproduzindo o mesmo, o que constitui uma violência

⁷ O texto se divide em duas partes: a primeira, uma seção narrativa intitulada *Atravessando fronteras/Crossing Borders*, e a segunda poética intitulada *Un agitado viento: Ehécatl, The Wind*. Neste trabalho, nos atemos à seção narrativa.

⁸ Seguimos a tradução publicada no ano de 2016 do texto, cuja primeira edição data de 1987.



contra a qual a menina se rebela, já que: “o anglo com cara de inocente nos arrancou a língua. As línguas selvagens não se podem domesticar; somente se podem cortar” (ANZALDÚA, 2016, p. 104, tradução nossa⁹.) Ora, sendo assim, são dois movimentos: o de domar e o de domesticar; o de amansar o selvagem (domar) e o de submetê-lo ao outro e a sua língua (domesticar). No caso, a ação coercitiva se constrói e se legitima na prática escolar, aspecto que merece ser salientado, pois torna explícito como a tradição escolar tem lidado com as subjetividades e como os processos identitários são geridos nesse entorno.

Em face do exposto, o papel da língua é fundamental para a subalternização do outro e esse fato implica que as práticas de linguagem se dão em arenas de disputa de poder, instauradoras, por sua vez, de lugares de fala para os enunciadores e, ainda, condicionadores das falas legitimadas e legitimadoras. A hierarquização entre línguas pressupõe, ainda, a dos sujeitos, acorde com os ideários de um projeto colonizador das línguas¹⁰. Neste viés, ao definirem-se espaços e funções para cada língua, inclusive com foco no apagamento de outras, ganha-se visibilidade o estabelecimento da hierarquização linguística que define ou orienta quem tem direito à voz e quem deve ser silenciado. Deslocando-nos para o caso ora abordado, os *chicanos* são subalternizados nessa ordem hierárquica da organização das práticas linguísticas e, sendo assim, a colonialidade da linguagem opera dando suporte à colonialidade do poder/saber. Outro aspecto que destacamos diz respeito à relevância da instituição escolar para operar o silenciamento do outro, concretamente no que diz respeito aos estudantes *chicanos* que devem se encaixar e “falar bem o inglês”.

Avançando em nossas considerações, a seguir, nos ocupamos da relação entre língua e identidade, considerando o lócus enunciativo criado por Anzaldúa. Para tal,

⁹ Cf. o trecho original: “El Anglo con cara de inocente nos arrancó la lengua. A las lenguas salvajes no se las puede domesticar, solo se las puede cortar”

¹⁰ Observamos que esse ponto também pode ser problematizado a partir da perspectiva da colonização linguística, que, de acordo com Mariani (2003, p. 7), se caracteriza como “um processo histórico de confronto entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais –, em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa a impor-se sobre a(s) outra(a), colonizada(s)”. Contudo, nossa perspectiva situa a problemática no cenário da colonialidade/modernidade e enfatiza as tensões identitárias a partir da ideia de lócus enunciativo.

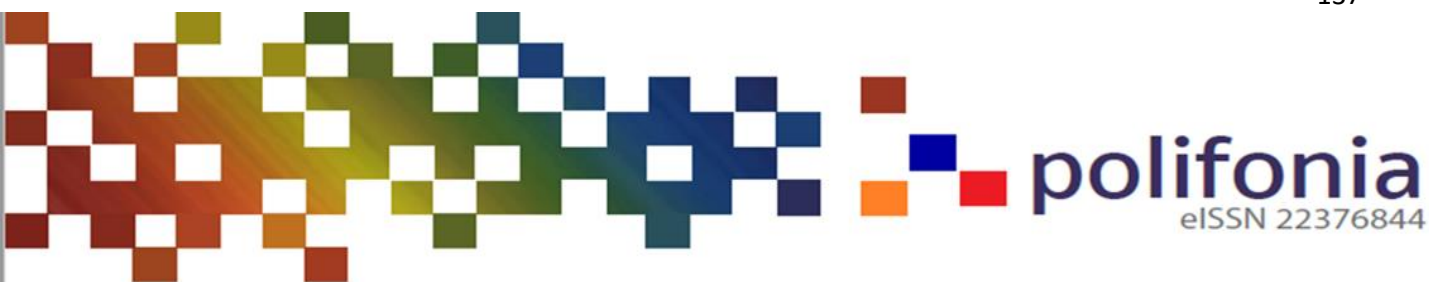


interessa abordar como a identidade linguística é atravessada pelas relações de poder que, como vimos, mantém entre si uma tensa assimetria. Assim, discorreremos acerca do que consistem as relações assimétricas de poder e como impactam nas identidades dos sujeitos, tensionando processos de uma pretensa unificação entre língua e sujeito e os processos de subjetivação adscritos a essa dinâmica. Neste sentido, salientamos a menção de Anzaldúa (2016) da crítica a ela feita por parte de diversos latinos e latinas por falar inglês, a língua do opressor, e pelo fato de a considerarem uma espécie de “traidora cultural”. Passemos a esse ponto.

Refletindo sobre essa crítica, Anzaldúa (2016) discute o purismo linguístico que fundamenta a ideia do *espanhol chicano* como uma “mutilação do espanhol”, que segundo a autora, é um idioma fronteiro, e, portanto, supõe mudança, evolução e se enriquece de novas palavras. Sendo assim, conforme a autora, não é uma língua incorreta, mas uma língua viva. Que sujeitos são esses que criam essa língua? São aqueles que não são espanhóis tampouco vivem em um país cuja primeira língua seja o espanhol; são aqueles que vivem em um país cuja língua dominante é o inglês, mas não são “anglas”; são aqueles que não podem se identificar com o espanhol estandard (castelhano, formal) nem com o inglês estandard. Essa língua “criada” lhes permite conectar sua identidade e comunicar as realidades e valores que eles consideram autênticos e, assim, se define como “uma língua com palavras que não são nem espanhol nem inglês, mas as duas coisas simultaneamente. Falamos uma espécie de *patois*, um dialeto, uma língua bifurcada, uma variante de dois idiomas” (ANZALDÚA, 2016, p. 106, tradução nossa¹¹). Reforçam-se, desse modo, as relações de pertencimento à língua através dos usos criados pelos sujeitos, que o fazem para se adaptar e sobreviver no seio social. Portanto, são realçadas as práticas de linguagem desses sujeitos e como delas fazem uso para sobreviver no mundo social.

Anzaldúa (2016) prossegue e justifica a existência do *espanhol chicano* como uma necessidade vital para que os *chicanos* se identifiquem a si mesmos como um

¹¹ Cf. o trecho original: “una lengua con palabras que no son ni español ni inglés, ni *Spanish* ni *English*, sino las dos cosas a la vez. Hablamos una especie de *patois*, un dialecto, una lengua bifurcada, una variante de dos idiomas”.



grupo distinto e separado, como um “idioma secreto”. Como grupo complexo e heterogêneo, defende que os *chicanos* falam muitas línguas, assim mencionadas e enumeradas: 1) inglês estândar; 2) inglês de classe operária e argot; 3) espanhol estândar; 4) espanhol mexicano estândar; 5) dialeto espanhol do Norte do México; 6) espanhol chicano (Texas, Novo México, Arizona e Califórnia com variantes regionais); 7) tex-mex; e 8) pachuco ou *caló* (ANZALDÚA, 2016, p. 106). Nesse universo de línguas, Anzaldúa (2016) revela a plasticidade de sua performance como falante, demarcando os espaços em que as línguas se desenrolam, o que nos leva a considerar como são ativados os distintos repertórios linguísticos demandados pelas práticas diversas de linguagem com as quais ela enfrenta em sua vida social. Assim, alude às línguas comuns, como sendo aquelas com que fala com seus amigos e amigas, com sua irmã e irmãos, caso do espanhol chicano e do tex-mex. De forma análoga, menciona que na escola e nos meios e situações de trabalho, utiliza o inglês estândar e o da classe operária. Já o espanhol estândar e espanhol mexicano estândar são produtos de sua leitura, sobretudo literária. Com aqueles que chegaram recentemente, imigrantes mexicanos e trabalhadores braçais, aprendeu o dialeto do Norte do México, e com os mexicanos busca falar o espanhol estândar e o dialeto do Norte do México; com os pais e com os *chicanos* que vivem no Vale, aprendeu o *espanhol chicano* do Texas e o fala com a mãe, com o irmão menor, que não mistura quase nunca espanhol e inglês, bem como com as tias e outros parentes. Ademais, fala com *chicanas* do Novo México ou do Arizona um pouco de *espanhol chicano*, e com a maioria das *chicanas* da Califórnia fala quase sempre em inglês.

Como se nota, os distintos repertórios linguísticos manejados por Anzaldúa, considerando seus interlocutores e as práticas sociais, demandam práticas de linguagem diversas, bem como o enfrentamento da lógica monolíngue. Desse modo, como afirma a autora, ao se referir ao “terrorismo linguístico” a que são submetidas, especialmente as *chicanas*, não há um único idioma *chicano*, da mesma forma que não há uma única vivência *chicana*, pois “uma *chicana* monolíngue cuja primeira língua é o inglês ou o espanhol é tão *chicana* como outra que fala diversas variedades do espanhol”



(ANZALDÚA, 2016, p. 109, tradução nossa¹²). Portanto, não se trata do mito da origem, mas de uma identidade étnica, já que “uma *chicana* do Michigan ou de Chicago ou de Detroit é tão *chicana* como outra do Sudoeste. O *espanhol chicano* é tão diverso linguisticamente como o é regionalmente” (ANZALDÚA, 2016, p. 110, tradução nossa¹³).

Ressaltamos, outrossim, que Anzaldúa (2016, p. 109) explicita que o “terrorismo linguístico” diz respeito a como falantes de *espanhol chicano* vivem a subalternidade não somente racial, cultural, mas também linguisticamente, o que evidencia a face da colonialidade. A associação da mestiçagem à deficiência e à aberração igualmente se materializa na língua, de tal sorte que, como mestiços, a língua mestiça é “objeto de burla”, pois é a “língua bastarda, ilegítima”, o que reforça a crença interiorizada da inferioridade dos sujeitos e de sua língua. A língua mestiça, por sua vez, expõe a ferida da subalternidade; expõe a ferida da falta de uma língua-mãe que una o sujeito, dando-lhe corpo e garantindo-lhe a unicidade que cimenta as bases para seu pertencimento a uma língua e a uma nação, entendida como um território geopolítico.

Anzaldúa (2016) problematiza a relação da *chicana* ou latina com essa língua que a inferioriza, uma vez que essas buscam empregar, ao conversar entre si, o inglês como língua neutra, em festas e em congressos. Temem a opinião pública, o que possam dizer a respeito delas, que as vejam como *agringadas*, ou seja, como quem não fala o *espanhol chicano*. Sentem-se oprimidas frente à hierarquização de línguas que socialmente dita e define qual deve ser empregada nas diversas práticas sociais, pois “nos oprimimos uma a outra tratando de ser mais *chicana* que qualquer uma, lutando para ser as ‘verdadeiras’ meras *chicanas*, falado como falam as pessoas *chicanas*” (ANZALDÚA, 2016, p. 110, tradução nossa¹⁴). O desejo de preservar a face e os efeitos nas relações entre as *chicanas* sugerem que as identidades linguísticas não estão despregadas das identidades étnicas, o que, paradoxalmente, sugere que os construtos da

¹² Cf. o trecho original: “Una chicana monolíngue cuya primera lengua es el inglés o el español es tan Chicana como otra que habla diversas variedades del español”.

¹³ Cf. o trecho original: “Una Chicana de Michigan o Chicago o Detroit es tan Chicana como otra del suroeste. El español chicano es tan diverso lingüísticamente como lo es regionalmente”

¹⁴ Cf. o trecho original: “Nos oprimimos la una a la otra tratando de ser más Chicana que nadie, luchando por ser las ‘verdaderas’ meras Chicanas, hablando como hablan las personas Chicanas”.



colonialidade não se dissiparam e marcam as diferenças entre os sujeitos, reorganizando as relações de subalternidade na contemporaneidade de forma tensa e conflituosa.

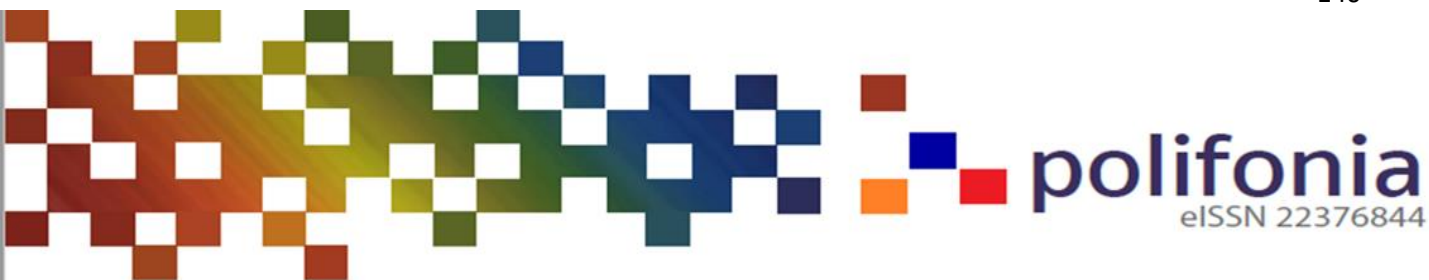
Contudo, a resistência, de forma paradoxal, se manifesta através da autoafirmação identitária – sobretudo das identidades étnica e linguística: “assim que, se de verdade você quer me fazer mal, fale mal de meu idioma. A identidade étnica é como uma segunda pele de nossa identidade linguística – eu sou minha língua” (ANZALDÚA, 2016, p. 111, tradução nossa¹⁵). Sendo assim,

até que possa me orgulhar de meu idioma, não posso me orgulhar de mim mesma. Até que possa aceitar como legítimos o espanhol chicano de Texas, o tex-mex e todas as línguas que falo, não posso aceitar minha própria legitimidade. Até que seja livre para escrever em bilíngue e até que possa saltar e mudar de código sem ter que traduzir todo o tempo, enquanto tenho que falar Inglês ou Espanhol quando preferiria falar Spanglish, e enquanto tenha que me adaptar aos falantes de inglês em vez de que eles se acomodem a mim, minha língua continuará sendo ilegítima. (ANZALDÚA, 2016, p. 111, tradução nossa¹⁶)

Como se observa, a relação dos sujeitos com a língua é constitutiva de suas subjetividades, haja vista que, de forma reiterada, se reivindica o direito de falar outras línguas e se evidencia a relação de subalternidade a que são submetidas as *chicanas*. Dessa forma, a luta pela legitimidade dessas muitas línguas, como se refere Anzaldúa, consiste na luta pela identidade mestiça, pela identidade étnica. A identidade da mestiça é híbrida e múltipla tal como o são as sua(s) língua(s); portanto, se fusionam identidade étnica e identidade linguística, já que “nunca mais me vão sentir vergonha por existir. Terei minha própria voz: índia, espanhola, branca. Terei minha língua de serpente –

¹⁵ Cf. o trecho original: “Así que, si de verdad quieres hacerme daño, habla mal de mi idioma. La identidad étnica es como una segunda piel de la identidad lingüística – yo soy mi lengua –”.

¹⁶ Cf. o trecho original: “Hasta que pueda enorgullecerme de mi idioma, no puedo enorgullecerme de mí misma. Hasta que pueda aceptar como legítimos el español chicano de Texas, el tex-mex y todas las lenguas que hablo, no puedo aceptar mi propia legitimidad. Hasta que sea libre de escribir en bilíngüe y hasta que pueda saltar y cambiar de código sin tener que traducir todo el tiempo, mientras tenga que hablar English or Spanish cuando preferiría hablar Spanglish, y mientras tenga que adaptarme a los hablantes de inglés de vez de que se acomoden a mí, mi lengua seguirá siendo ilegítima”.



minha voz de mulher, minha voz sexual, mi voz de poeta –. Vencerei a tradição do silêncio” (ANZALDÚA, 2016, p. 111, tradução nossa¹⁷).

Os exemplos anteriormente citados sugerem a revitalização do hibridismo como forma de existência, reforçando a ideia da mestiçagem como constitutiva da identidade híbrida e múltipla, bem como desnudam as relações de opressão e violência que povoam e se concretizam nas práticas de linguagem, como resultantes da colonialidade, além da dimensão relevante da colonialidade da linguagem para a compreensão da dinâmica e da lógica dos processos de colonialidade. Nesse sentido, se insere o relato de experiência da autora com sua “língua nativa”, ou seja, sua descoberta nos anos sessenta de que um *chicano* pudesse escrever e ser publicado – no caso, John Rechy, “um homossexual texano filho de pai escocês e mãe mexicana” (ANZALDÚA, 2016, p. 112). Esse encontro com o outro, com a poesia escrita em tex-mex, foi marcante, e disso resultou uma mudança em sua forma de enfrentar o monolinguismo imposto pela tradição escolar estadunidense. Como consequência, a autora começou a ensinar inglês em um instituto de educação para *chicanos*, complementando suas aulas com textos de obras de *chicanos*, além das exigidas pelo cânone, ou ainda pelo letramento acadêmico. Essa atitude, tal como a do seu enfrentamento da professora angla, foi criticada pelo diretor, que a proibiu de seguir com tal prática. Destaca-se como as línguas ocupam espaços de poder de forma assimétrica e como os sujeitos, bem como suas línguas, são invisibilizados. Por isso, “vencer a tradição do silêncio” significa romper com essa invisibilidade, ganhar corpo e não ser incorporado pelo outro que o silencia. Chama a atenção, por fim, que nessa disputa o reconhecimento pela legitimidade da língua seja proporcionado dentro do universo letrado, como uma concessão às práticas hegemônicas que esse disponibiliza, acata e difunde.

Outro aspecto que merece ser mencionado se refere à identidade de *chicana* é problematizada a partir desse lócus enunciativo. Nesse sentido, se retoma o espaço vital

¹⁷ Cf. o trecho original: “Nunca más me van a sentir vergüenza por existir. Tendré mi propia voz: india, española, blanca. Tendré mi lengua de serpiente – mi voz de mujer, mi voz sexual, mi voz de poeta –. Venceré la tradición del silencio”.



da fronteira, ou ainda, a experiência de viver na fronteira como fundamental para a constituição da identidade linguística, pois

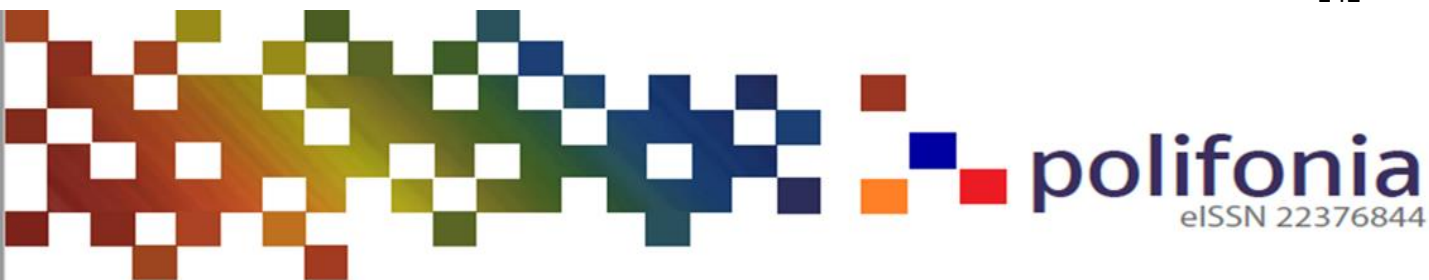
nós, os Chicanos, vivemos montados nas terras fronteiriças. De um de nossos lados, estamos expostos constantemente ao espanhol dos mexicanos; por outro, ouvimos os gritos intermináveis dos Anglos, por isso esquecemos nossa língua. Entre nós, dizemos a nós mesmos que somos americanos ou espanhóis ou hispanos (ANZALDÚA, 2016, p. 115, tradução nossa¹⁸.)

Nesse exemplo, a fronteira une e separa; se define pelo contraditório e pela contradição que atravessam os sujeitos, suas subjetividades se constroem e se (re/des)constroem nesse espaço e o sentimento de pertencimento é ambíguo, permanentemente confrontado. Conforme Friedman (2001, p. 8), no “falar da fronteira” da teoria da cultura, Anzaldúa contribuiu, de maneira relevante, ao demarcar como “as raias ou fronteiras funcionam, simbólica e materialmente” e que o fazem de acordo com os “conjuntos binários em que se combinam o puro e o impuro, o mesmo e o diferente, o dentro e o fora. Quer sejam literais ou figuradas, as fronteiras funcionam ainda como lugar de múltiplas contradições”. Nesse espaço vital da fronteira, se auto afirma a identidade de mexicanos, caracterizada para além de cidadãos do México ou da identidade nacional, uma vez que se define como “identidade racial”. Ademais, essa identidade se associa a símbolos como os da águia e da serpente, marcando a dualidade do sujeito, pois “ser mexicano tem a ver com um estado de alma – não é um estado mental nem uma questão de nacionalidade. Nem águia, nem serpente, mas ambos. E como o oceano, nem águia nem serpente respeitam as fronteiras” (ANZALDÚA, 2016, p.115, tradução nossa¹⁹).

Essa identidade dual se deve aos conflitos em identificar-se plenamente com uma e outra cultura, ou seja, os valores culturais anglo-americanos e os valores culturais mexicanos e, dessa forma, se percebe como uma “sinergia de duas culturas”. A

¹⁸ Cf. o trecho original: “Nosotros los Chicanos vivimos a horcajadas en tierras fronterizas. Por uno de nuestros lados, nos encontramos expuestos constantemente al español de los mexicanos; por otro, escuchamos el vociferar inacabable de los Anglos, así que se nos olvida nuestra lengua. Entre nosotros, nos decimos nosotros los americanos o nosotros los españoles o nosotros los hispanos”.

¹⁹ Cf. O trecho original: “ser mexicano tiene que ver con un estado de alma – no es un estado mental ni una cuestión de nacionalidad –. Ni águila, ni serpiente, sino ambos. Y como el océano, ni el águila ni la serpiente respetan las fronteras”.



identidade auto afirmada não se associa a uma pátria ou a uma nacionalidade, mas deriva de um processo de identificação no qual a racialização desempenha papel central e, assim, a raça se antepõe à nacionalidade: “eu às vezes respondo ‘sou mexicana’, e outras digo ‘sou chicana’ ou ‘sou texana’. Porém, eu me identifiquei como ‘raça’ muito antes de me identificar como ‘mexicana’ ou ‘chicana’” (ANZALDÚA, 2016, p. 115, tradução nossa²⁰). Sendo assim, se torna vital compreender que

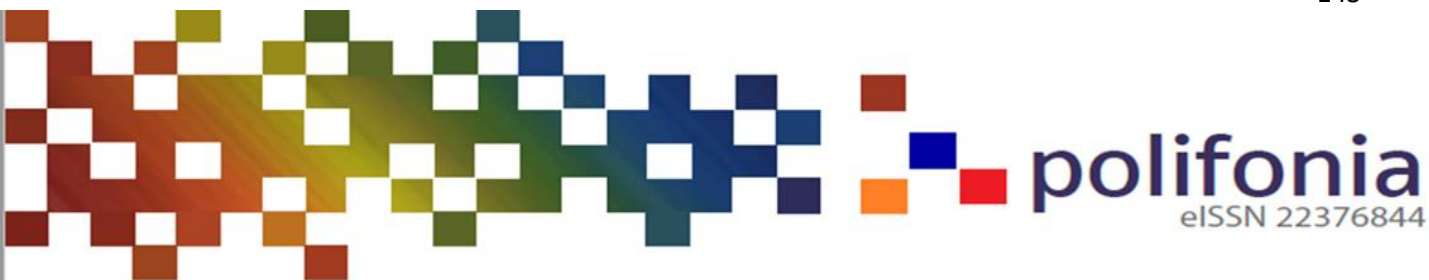
a luta de identidades continua, a luta das fronteiras continua sendo nossa realidade. Algum dia cessará a luta interna e terá lugar uma verdadeira integração. Enquanto isso, temos que lutar. Quem está protegendo os sítios da minha gente? Quem está tentando fechar a fissura entre a índia e o branco em nosso sangue? O Chicana, sim, o Chicana, que anda como um ladrão em sua própria casa. (ANZALDÚA, 2016, p. 117, tradução nossa²¹)

4. Considerações finais

Esperamos, ao longo deste ensaio, reforçar a relevância do pensamento de Anzaldúa no contexto latino-americano, enfatizando questões que gravitam em torno das identidades dos sujeitos, especialmente a linguística, que distam de uma perspectiva essencialista e binária. Com esse propósito, focamos a obra *Borderlands/ La frontera - The new mestiza* (2016), em que se discutiu a constituição da identidade na fronteira. No caso, nos interessou abordar a colonialidade linguística e seus efeitos nas práticas sociais a partir de um recorte específico, que consistiu no capítulo *Como domar una lengua salvaje*. Essa escolha se deveu, sobretudo, por conta da relação entre esse lócus enunciativo e a produção de conhecimento sobre a língua/linguagem em consonância com uma perspectiva crítica da colonialidade na linguagem e de seus efeitos na

²⁰ Cf. trecho original: “Soy mexicana”. Mis hermanos y hermana dirán lo mismo. Yo a veces contesto “Soy mexicana”, y otras digo “Soy chicana” o “Soy tejana”. Pero yo me identifiqué como “Raza” bastante antes de identificarme como “mexicana” o como “chicana”.

²¹ Cf. o trecho original: “la lucha de identidades continúa, la lucha de las fronteras sigue siendo nuestra realidad. Algún día cesará la lucha interna y tendrá lugar una verdadera integración. Mientras tanto, tenemos que hacer la lucha. ¿Quién está protegiendo los ranchos de mi gente? ¿Quién está tratando de cerrar la fisura entre la india y el blanco en nuestra sangre? El Chicana, sí, el Chicana, que anda como un ladrón en su propia casa”.



constituição da colonialidade do saber e suas contribuições para a desconstrução de uma episteme moderna sobre a língua.

Ressaltamos que o foco deste ensaio buscou aproximar colonialidade linguística, epistemologias e o pensamento de Gloria Anzaldúa, dado um determinado lócus enunciativo, considerando seus efeitos na ordem do conhecimento produzido sobre a língua, cultura e identidades. Contudo, reconhecemos que necessita ser mais bem estudado, dada a complexidade, relevância e abrangência de seu pensamento para a inteligibilidade de questões que envolvem as identidades na contemporaneidade, notadamente, por sua potência e vitalidade e a de sua enunciadora, no enfrentamento dos conflitos que envolvem a diversidade identitária em um marco fronteiriço tal qual o mexicano.

Alguns pontos foram fundamentais nesta discussão sobre a dimensão da colonialidade da linguagem e seus desdobramentos, os quais podem levar a alguns insights teóricos para a pesquisa que envolve epistemes, colonialidade e políticas identitárias na contemporaneidade em situações de colonialidade: a) as relações de poder entre as línguas e a percepção dessas por parte dos sujeitos subalternizados; b) o papel das agências legitimadoras dessas relações, tal é o caso da escola; c) as relações assimétricas de poder e a redefinição das identidades dos sujeitos, tensionando processos de uma pretensa unificação entre língua e sujeito, e os processos de subjetivação adscritos a essa dinâmica; d) o hibridismo como forma de existência, reforçando a ideia da mestiçagem como constitutiva da identidade híbrida e múltipla; e, ainda, e) as relações de opressão e violência que povoam e se concretizam nas práticas de linguagem, como resultantes da colonialidade e a dimensão relevante da colonialidade da linguagem para a compreensão da dinâmica e da lógica dos processos de colonialidade.

Por fim, acreditamos que a colonialidade da linguagem é uma dimensão importante para a manutenção da colonialidade do saber e, como linguistas aplicados, consiste em desafio aprofundar a compreensão de como essa funciona e como podemos propor caminhos epistêmicos que desloquem construtos modernos caros que estabeleceram e definiram lugares, saberes e sujeitos.



Referências

ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza*. Tradução: Carmen Valle. Madrid: Capitán Swing Libros S.L., 2016.

ARGÜELLO PARRA, A. Pedagogía decolonial: hacia una comprensión/acción educativa en las sociedades emergentes. In: GÓMEZ ARÉVALO, J. A. A. (Comp.). *Educación, sociedad e interculturalidad: diálogos desde la comprensión y acción educativa en América Latina*. Bogotá: Vicerrectoría de Universidad Abierta y a Distancia, 2016. p. 87- 135.

BELAUSTEGUIGOITIA RIUS, M. Límites y fronteras: la pedagogía del cruce y la transdisciplina en la obra de Gloria Anzaldúa. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.3, p. 755-767, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300008>. Acesso em: 26 ago. 2019.

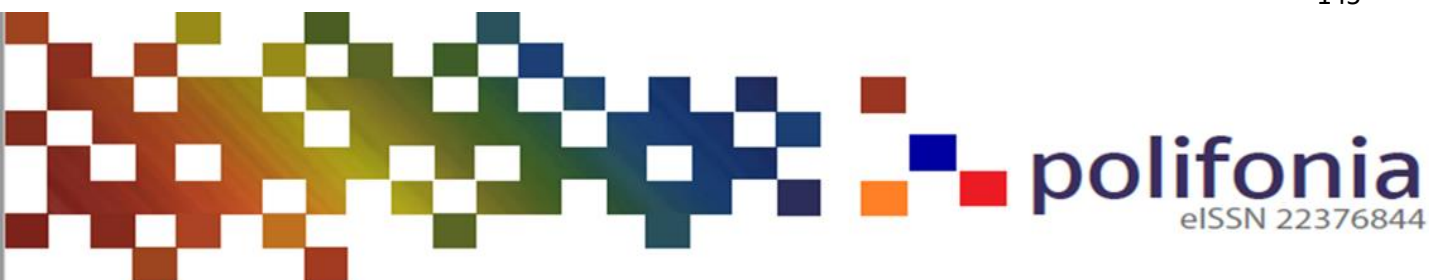
BETHANIA, M. A colonização linguística no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 27, p. 7-21, 2003. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/27/artigo1.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FRIEDMAN, S. S. O “falar da fronteira”, o hibridismo e a performatividade: Teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 61, p. 5-28, 2001. Disponível em: <<https://www.eurozine.com/o-falar-da-fronteira-o-hibridismo-e-a-performatividade/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GARCÍA AMARAL, M. L. Ciudades fronterizas del Norte de México. In: *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, vol. 27, núm. 2, 41-57, 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2520499>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GARDUÑO, E. La frontera norte de México: Campo de desplazamiento, interacción y disputa. *Frontera norte*. n.55, p.131-151, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-73722016000100006&script=sci_abstract>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GÓMEZ-QUINTERO, J. D. La colonialidad del ser y del saber: la mitologización del desarrollo en América Latina. *El Ágora USB*, n. 1, p. 87-105, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3642109>>. Acesso em: 31 mai. 2019.



GROSFUGUEL, R. La descolonización de la economía y los estudios postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, n. 4, p. 17-48, 2006. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-24892006000100002>. Acesso em: 31 mai. 2019.

MIGNOLO, W. *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

RAMPTON, B.; BLOMMAERT, J. Language and superdiversity. *Diversities*, n.2, p.1-21, 2011. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/resources/periodicals/diversities/past-issues/vol-13-no-2-2011/language-and-superdiversity>>. Acesso: 27 ago. 2019.

SOUSA SANTOS, B. Epistemologías del Sur. Utopía y Praxis Latinoamericana. *Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social Utopía y Praxis Latinoamericana*, n. 54, p. 17-39, 2011. Disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/EpistemologiasDelSur_Utopia%20y%20Praxis%20Latinoamericana_2011.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2019.

VERONELLI, G. A. Sobre la colonialidad del lenguaje. *Revista Javeriana. Universitas Humanística*, n.1, p. 33-58, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5287506>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

VIZCARRA, F. *En busca de la frontera y otros ensayos sobre comunicación y cultura*. Mexicali: Universidad Autónoma de Baja California, 2012.